

EXCLUÍDAS PELO DESENVOLVIMENTO: MULHERES E O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE

*Mariana Olívia Santana dos Santos¹, Stevam Gabriel Alves², José Marcos da Silva³,
Frédéric Mertens⁴, Idê Gomes Dantas Gurgel⁵, Lia Giraldo da Silva Augusto⁶*

1. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Departamento de Saúde Coletiva, Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, Recife, PE, Brasil, email: marianaxolivia@gmail.com
2. Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, email: stevam_gabriel@hotmail.com
3. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Departamento de Saúde Coletiva, Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, Recife, PE, Brasil, email: kinhoventuras@hotmail.com
4. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília - DF, Brasil, Comunidade de prática sobre as abordagens ecossistêmicas em saúde humana na América Latina e no Caribe (CoPEH-LAC), email: mertens.br@gmail.com
5. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Departamento de Saúde Coletiva, Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, Recife, PE, Brasil, email: ideg@cpqam.fiocruz.br
6. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Departamento de Saúde Coletiva, Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho, Recife, PE, Brasil, email: lgiraldo@uol.com.br

Artigo recebido em 29/08/2016 e aceito em 16/09/2016

RESUMO

O Brasil tem priorizado um modelo desenvolvimentista com políticas que visam à reprodução e acumulação do capital mediante reprimarização da economia, através de megaprojetos, tais como, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Pernambuco tem ampliado o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) com a construção de novas indústrias o que tem ocasionado profundas transformações políticas, socioeconômicas e culturais no território, gerando injustiças e conflitos socioambientais que repercutem negativamente onde vive a população local. Este artigo analisa processos de vulneração socioambiental, a partir da percepção das mulheres moradoras de nove comunidades localizadas no CIPS. Realizou-se pesquisa qualitativa, seguindo princípios da abordagem ecossistêmica em saúde. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas sobre a chegada dos empreendimentos e suas repercussões na vida da população. A análise foi orientada pela metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), considerando as Expressões Chaves e Ideias Centrais de cada discurso. Partindo do diálogo entre conhecimentos científicos e populares, identificou-se que o crescimento econômico não diminuiu as desigualdades sociais pré-existentes e agregou novas situações de vulneração, degradação ambiental e efeitos negativos na saúde da população, com um forte viés de gênero.

Palavras-chave: saúde ambiental; desenvolvimento sustentável; vulnerabilidade social; saúde pública.

EXCLUDED BY THE DEVELOPMENT: WOMEN AND THE PORT INDUSTRIAL COMPLEX OF SUAPE

ABSTRACT

Brazil has prioritized a developmental model with policies aimed at reproduction and accumulation of capital through primary economy and neoliberal mega projects funded by the Growth Acceleration Program (GAP). Pernambuco has expanded the Port Industrial Complex of Suape (PICS) with construction of new industries. This reconfiguration caused profound policies, socioeconomic and cultural changes, generating injustice and environmental conflicts with negative repercussions on territories where lives the local population. This article analyzes the processes of socio-environmental vulnerability from the perception of the residents that live in nine communities located in the PICS. There was a qualitative research, following the principles of the ecosystem

approach in health. Were performed semi-structured interviews, with questions about the arrival of industrial enterprises and how they had repercussions in the population life. The analysis was guided by the methodology of Collective Subject Discourse (CSD), using the Expressions Keys and Central Ideas of each speech. From the dialog between scientific knowledge and popular, it was identified that economic growth has not dismantled pre-existing social inequalities and added new situations of vulnerability, environmental degradation and negative effects on the health of the population, especially for women.

Keywords: Environmental Health; Sustainable Development; Social Vulnerability; Public Health.

INTRODUÇÃO

O Brasil, apesar de ter sediado duas grandes conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento (Rio 92, Rio+20) e ser signatário de acordos internacionais ambientais, não tem seguido as principais recomendações para a sustentabilidade do desenvolvimento humano. Ao contrário, o que vem sendo priorizado é a busca do crescimento econômico por meio de políticas que visam à reprodução e acumulação do capital mediante uma reprimarização da economia (commodities para exportação) e indústrias de transformação altamente poluidoras (refino de petróleo e siderurgia). Este cenário coloca o Brasil na rota de insustentabilidade. Os megaprojetos financiados por programas econômicos neoliberais, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), verdadeiro paradoxo frente ao discurso do desenvolvimento social (SCHÜTZ *et al.*, 2012).

Schutz e colaboradores (2012), assim como Rigotto e Augusto (2007), relatam que este modelo de desenvolvimento pretende melhorias nas condições materiais de vida em curto período, as custas da destruição ambiental e da superexploração dos recursos naturais (RIGOTTO; AUGUSTO, 2007a) o que inviabiliza qualquer possibilidade de um real desenvolvimento humano.

O maior aporte financeiro do PAC foi destinado para petróleo e gás natural (R\$ 179,0 bilhões), com grandes investimentos na construção e modernização de complexos portuários e de refinarias. Na segunda versão do PAC 2, dentre as dez maiores obras, cinco estão relacionadas ao petróleo, destacando-se: Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, Refinaria Premium I, no Maranhão, a Premium II, a ser instalada no Ceará, e em Pernambuco a Refinaria Abreu e Lima (RNEST) (BRASIL, 2013).

Guiado principalmente pelo modelo deste Programa de Crescimento, Pernambuco está sofrendo intenso processo de reconfiguração econômica e produtiva, mediante a implantação de grandes empreendimentos como a Transposição do Rio São Francisco (Sertão), o polo Farmacoquímico (Zona da Mata Norte) e o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), no litoral sul do estado.

O projeto do CIPS, que foi gestado ainda na ditadura militar de 1970. Teve o funcionamento do porto de Suape e algumas indústrias na década de 1980, passando 20 anos com pouco investimento (CAVALCANTI, 2008). A partir de 2005 recebe um vultoso investimento financeiro para construção de novos empreendimentos, tendo como importantes projetos, a Refinaria Abreu e Lima, os Estaleiros Promar e Atlântico Sul e a Petroquímica.

Estas indústrias representam marcos na modificação socioeconômica de Pernambuco, e fez com que tivesse um rápido crescimento econômico, superando a média de crescimento nacional, modificando o perfil produtivo histórico pela cultura da cana de açúcar. Outras atividades tiveram seu processos de produção modificados como: as atividades de turismo, pesca artesanal, indústrias alimentícias e prestação de serviços (CAVALCANTI, 2008; MACHADO, 2014).

Como aconteceu em outros territórios que sediaram indústrias de grande porte, a ampliação do CIPS ocasionou profundas transformações políticas, econômicas, culturais, sociais, gerando conflitos socioambientais com repercussão negativa sobre os territórios onde vive e trabalha a população (RIGOTTO, 2008; GURGEL et al., 2009; OLIVEIRA, 2010; SANTOS, 2011; PÉREZ; GONÇALVES, 2012).

Essas são as consequências do modelo econômico neoliberal que produz impactos negativos e, muitas vezes, irreversíveis no meio ambiente e na saúde da sociedade globalizada (TAMBELLINI, 2009).

Tal cenário revela a necessidade de atentar para os interesses econômicos e contexto socioambiental já vulnerado que, pela ausência de uma firme regulação estatal, acumula danos aos territórios e às populações expostas devido as nocividades geradas, seja de forma direta ou indireta (RIGOTTO, 2007).

Neste artigo são apresentados resultados de investigação em curso, que analisa os processos de vulneração socioambientais ocasionadas pela construção, funcionamento e ampliação do CIPS, que está produzindo mudanças no modo de vida das mulheres moradoras das comunidades do seu entorno. Buscou-se elucidar as seguintes questões: quais os principais conflitos ambientais que se manifestam nessas comunidades? Como as mudanças impostas por esse processo de industrialização estão afetando a saúde das pessoas?

A partir da perspectiva das mulheres trabalhadoras da região (pescadoras, marisqueiras e agricultoras), enlaçados com informações técnico-científicas, evidencia-se como a industrialização de Suape tem refletido negativamente na vida das comunidades pela produção de uma gama de injustiças sociais, degradação ambiental e nocividades para a saúde.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CONFLITO E INJUSTIÇA AMBIENTAL

Nesse contexto, nota-se que o desenvolvimento econômico, volta-se para os interesses do mercado e de uma elite externa e minoritária, sobrepondo-se aos interesses das populações locais. Porto (2011) afirma que:

“situações de injustiça ambiental que vulnerabilizam as populações afetadas, não somente por colocar sobre os seus ombros vários riscos e cargas, mas por não reconhecer os seus direitos em temas tão fundamentais como a saúde, a terra, os recursos naturais e a própria cultura, expressa na relação material e imaterial com tais recursos” (PORTO, 2011, p. 34).

O conceito de justiça ambiental é entendido como um conjunto de princípios e práticas sociais que asseguram qualquer grupo social de natureza diversa a proteção de seus direitos, frente às consequências negativas de dinâmicas e ações de finalidade econômica (PORTO; FINAMORE, 2012).

A justiça ambiental busca assegurar o acesso justo e equitativo aos recursos ambientais, assim como às informações relevantes ao conjunto da sociedade e grupos afetados pela transformação do território, sendo este “pleno de lutas, de cultura, de formas próprias de organização social, institucional, de economia e memória”. (PORTO et al., 2013).

Nessa concepção, território não é apenas como um espaço geográfico, mas um espaço constituído socialmente, conforme define Milton Santos:

O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de perceber aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em território usado, utilizado pela população (SANTOS, 2007, p. 96).

Essa representação é importante porque o espaço geográfico contém o território modelado e configurado, resultado da produção e da história dos processos produtivos, relações sociais e movimentos de reorganização da sociedade.

Haesbaert (2007) explica os processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR) como um *continuum* inacabado, um movimento complexo que configura em uma multiterritorialidade, que não se esgota em si e se apresenta sequenciado de uma reterritorialização em níveis variados. Segundo este autor, os que mais perdem o controle e segurança por seus territórios são os mais destituídos de direitos.

Observar as vulnerabilidades das populações e sua relação com o processo saúde doença é uma necessidade frente aos contextos socioambientais onde ocorrem. A noção de vulnerabilidade busca responder que a chance de exposição e adoecimento não é resultante

apenas da dimensão biológica (genética) e individual, mas são resultados de interações com os processos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais (PORTO, 2011).

Para isso, a noção de determinação social da saúde, na perspectiva de uma epidemiologia crítica, propondo ferramentas teórico-metodológicas para análise da relação entre a reprodução social, os modos de viver, adoecer e morrer, foi inspirada na luta dos povos da América. Reconhece-se que o regime social centrado na acumulação econômica “modifica o perfil de sofrimento humano e tem diversificado as formas de exposição massiva a processos danosos, amplificando e diversificando os mecanismos de destruição dos ecossistemas” (BREILH, 2013, p. 4)

O conceito de processo de vulnerabilização (ou vulneração) ajuda superar a visão restrita da causalidade em saúde, para uma perspectiva que considera o contexto. Schramm (2012) também discute o tema da vulnerabilidade no campo da saúde pública, compreendendo que as práticas humanas, sobretudo em um mundo globalizado, podem afetar negativamente as pessoas e o ambiente, colocando-os em situação de vulnerabilidade, ou seja, com potencial para sofrer danos, e de vulnerado, como a condição dos que já sofreram o dano.

Compreender como os processos de vulnerabilização/vulneração são instituídos em um dado território é fundamental para modificar essas situações.

As discussões realizadas em fóruns internacionais na última década, em especial os estudos promovidos pelas Nações Unidas, recomendam a incorporação de vários temas nos estudos de desenvolvimento sustentável, entre eles a visão ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial. A noção de sustentabilidade é estabelecida dentro de um espaço multivariado que inclui as dimensões ambientais, econômicas e sociais, ou seja, todas as condições que exercem influência sobre a estabilidade da sociedade num determinado espaço geográfico (SCHÜTZ et al., 2012).

Embora o problema da saúde ambiental tenha sido identificado e reconhecido, sua incorporação à lógica econômica ainda é parcial e a degradação ambiental vista como uma externalidade aos custos econômicos.

Inúmeras teorias e práticas de promoção do desenvolvimento com preservação ambiental foram introduzidas internacionalmente nos últimos anos, e algumas colocadas em prática no Brasil dando respaldo aos atores sociais no embate das lutas sociais e na formação do movimento ambientalista (ACSELRAD, 2010). São iniciativas ancoradas na ideia de que é viável e lógico promover o desenvolvimento sustentável, pois o atendimento às necessidades das futuras gerações depende de que hoje se faça uso racional dos recursos naturais existentes. Existem duas suposições fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável: a de que

é economicamente racional e eficiente aderir ao mesmo, e a de que é uma atitude humana racional subscrever à sustentabilidade, pois a sua ausência coloca em risco a reprodução da vida humana.

Nessa discussão, a relação entre a produção, trabalho, saúde e ambiente tem sido problematizada em diversos estudos que apresentam a sua interdependência. Como efeitos dessa relação tem-se: o aumento da velocidade da extinção de espécies, surgimento de novas doenças e ressurgimento de outras com novas configurações, problemas ecológicos globais como mudanças climáticas, redução da camada de ozônio, emissão dos hidrocarbonetos clorofluorados (CFC), aquecimento global, poluição industrial, problemas relacionados à água, esgoto e lixo, acidentes industriais ampliados, como explosão, incêndio, emissão de nuvens tóxicas, escassez dos recursos naturais básicos e matérias primas, crescimento urbano desordenado, processos de empobrecimento e favelização, aumento das desigualdades sociais, aumento de violência, acidentes de trânsito, dentre tantos outros (RIGOTTO, 2008; PORTO; MILANEZ, 2009; TAMBELLINI, 2009).

Esta nova reconfiguração econômica e produtiva de um dado território é consequência de decisões macroeconômicas e de interesse de grupo econômicos hegemônicos, baseados em grandes obras de infraestrutura para viabilização de interesses do capital, não estão isolados e fazem parte de programas e projetos integrados, que visam intensificar o controle, extração e exportação de recursos naturais, ou commodities, com baixo valor ou sem valor agregado, não só no Brasil, mas em toda a América Latina (RIGOTTO, 2007, 2008).

O que poderia ser um exercício emancipatório, potencializado pelos avanços industriais e tecnológicos da modernidade, passa a sofrer limitações de acesso e participação da maioria, por questões sociais, econômicas, políticas, culturais, ideológicas e, especialmente, pelas disputas de poder, e que são sacramentadas pela ausência do direito à comunicação, pois as comunidades e populações tradicionais são excluídas dos processos decisórios, justamente aqueles que mais sofrem processos de vulneração que causam danos à saúde e à vida (RIGOTTO, 2008; SCHRAMM, 2012).

PERCURSO METODOLÓGICO

Optou-se pela utilização da pesquisa qualitativa, seguindo princípios da abordagem ecossistêmica em saúde (ecosaúde) cujo enfoque objetiva a compreensão holística da saúde humana e indica a necessidade da recuperação do sentido do território como espaço através de

pilares como transdisciplinaridade, equidade e participação social (CHARRON, 2012; WEIHS; MERTENS, 2013).

Neste caso, considera-se fundamental para a investigação e ação a identificação das relações entre as condições de saúde e seus processos de determinação social, cultural, ambiental, econômico nos ecossistemas modificados pela intervenção humana (AUGUSTO et al., 2005; LEBEL, 2005; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2009). Pretendeu-se explorar o universo de significados e valores mobilizados na vida dos sujeitos com a chegada de novos empreendimentos industriais e os processos de vulnerabilização e vulneração percebidos pelas comunidades do entorno do CIPS.

Com o apoio de atores sociais representantes de instituições que compõem o Fórum Suape Espaço Socioambiental¹, como as Organizações Não Governamentais (ONG) Centro das Mulheres do Cabo (CMC) e ActionAid, a proposta de pesquisa foi discutida e reconstruída de forma participativa conforme a realidade vivenciada nas comunidades, ao mesmo tempo em que foi possível poder colaborar na estruturação de um diagnóstico sobre as vulnerabilidades e conflitos socioambientais em Suape, sendo mais uma ferramenta estratégica para subsidiar a atuação local destes atores.

A partir da leitura das referências bibliográficas e da vivência participativa por meio das atividades do Fórum Suape (reuniões, audiências, oficinas), definiu-se as comunidades que seriam visitadas utilizando como critério, aquelas que mais tinham sido evidenciadas nas denúncias de injustiças e conflitos ambientais. Devido à repercussão dos impactos socioambientais vivenciados pelas mulheres e por suas famílias e submissão a muitas violações de direitos, particularmente atreladas à condição de mulher, definiu-se que as mulheres moradoras das comunidades de Suape, seriam a população do estudo.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quarenta mulheres, no período de abril a julho de 2015, com perguntas abertas sobre a chegada de novos empreendimentos industriais no CIPS e como repercutiam na vida do território. Todas as visitas foram realizadas junto com a equipe de educadoras do CMC para realização das entrevistas que foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

¹ O Fórum Suape: espaço socioambiental é uma organização da sociedade civil articulada em um fórum permanente, instituído em 2013, que tem como objetivo discutir questões que estão sendo vivenciadas pelos povos residentes no entorno do CIPS e seus reflexos para as gerações futuras. Diante das iniquidades vivenciadas no território, o Fórum Suape instituiu como missão “incentivar e promover processos de equidade social, direitos humanos e justiça ambiental na região afetada pelas rápidas transformações territoriais, sociais e ambientais decorrentes dos empreendimentos” e vem atuando nos últimos anos, realizando denúncias nacionais e internacionais, articulando a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Pernambuco, Ministério Público, dentre outras instituições (FÓRUM SUAPE, 2015).

Os procedimentos atenderam as recomendações da resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/12, tendo sido aprovados como parte da pesquisa que recebeu parecer favorável do Comitê de Ética e Pesquisa da Fiocruz Pernambuco sob protocolo CAAE 44507115.50000.5190.

Para este artigo, foram consideradas 29 respondentes de nove comunidades (Quadro 1), a partir do critério de inclusão – ser moradora da comunidade, e de exclusão - ser menor de idade.

Quadro 1: Quantitativo de entrevistadas por comunidade e município de residência, 2016.

N	Comunidade	Município	Quantidade de Entrevistada
1.	Suape	Cabo de Santo Agostinho	1
2.	Engenho Tiriri de Dentro	Cabo de Santo Agostinho	2
3.	Engenho Serraria	Cabo de Santo Agostinho	2
4.	Engenho Mercês	Ipojuca	3
5.	Algoduais	Cabo de Santo Agostinho	3
6.	Engenho Tabatinga	Ipojuca	5
7.	Engenho Tiriri	Cabo de Santo Agostinho	5
8.	Engenho Massangana	Cabo de Santo Agostinho	2
9.	Nova Tatuoca	Cabo de Santo Agostinho	6
	Total		29

Fonte: elaborado pelos próprios autores.

Para a análise dos dados, optou-se pelos princípios metodológicos do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que propõem a construção de um único discurso a partir do discurso de muitos (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2010). Assim, identifica-se e descreve-se as representações sociais presentes em dada formação sociocultural em relação a um determinado tema, reunindo o semelhante e o diverso. Considera-se, representação social como manifestações de pensamento e compreensão individuais, que são socialmente construídos e compartilhados em determinado contexto e momento histórico (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2014).

Para a tabulação dos dados utilizou-se o *software* Qualiquantisoft e a partir dos discursos individuais foram sistematizadas as figuras metodológicas Expressões Chave (ECH) e Ideias Centrais (IC) para formar o DSC. Primeiramente realizaram-se leituras de todas as respostas de duas questões do roteiro (*Como o CIPS têm afetado a saúde dos moradores? e Tem conhecimento de conflitos com a população devido à instalação dessas novas indústrias? explique*), em seguida foram selecionadas as ECHs - trechos do discurso de cada resposta que revelam a essência do pensamento daquele depoimento. Posteriormente, identificou-se a IC de cada expressão. IC é a expressão linguística que descreve de forma sintética o sentido/s de cada ECH. Por último reuniu-se num só discurso síntese as ECH que tem a mesma Ideia Central

(LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006, 2014). Desse modo, trabalhamos com a investigação das relações entre o discurso e o modo de atuação no mundo e na sociedade, pois permite reconhecer os discursos para além das estruturas institucionais.

SUAPE E OS PROCESSOS DE VULNERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O projeto do desenvolvimento industrial para Suape estava planejado há anos. Nos anos 1970, quando foi lançado o projeto do porto de Suape, já se pensava na construção de grandes empreendimentos de base que iriam contribuir para o desenvolvimento do estado e Nordeste justificando esta ser uma região estratégica, tanto pela sua proximidade à capital pernambucana como pela oferta de recursos naturais necessários (CAVALCANTI, 2008).

A partir de 2007, com o Programa de Aceleração do Crescimento, houve em Pernambuco forte articulação e mobilização político e empresarial para que o estado se tornasse o grande financiador de projetos industriais no Complexo Industrial Portuário de Suape.

O Território Estratégico de SUAPE (TES) compreende os municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso, sendo os municípios que sediam geograficamente o CIPS, Cabo e Ipojuca, municípios de influência direta que vem sofrendo os maiores impactos, como o aumento populacional considerável nos últimos anos². O TES encontra-se interligado a mais de 160 portos presentes em todos os continentes e em estreita proximidade à capital pernambucana com forte centralidade em relação à região Nordeste (PERNAMBUCO, 2011; SANTOS, 2011).

O território do CIPS abrange parte do litoral sul da região metropolitana de Recife, assim como grandes latifúndios que compreendem terras de antigos engenhos de cana de açúcar, atividade econômica presente historicamente na região. Possui cerca de 13 mil habitantes distribuídos em torno de 27 comunidades organizadas ao longo de anos em função da atividade produtiva da agricultura de subsistência (mandioca, fruteiras, feijão), coleta de frutos e pesca artesanal e constituíram suas moradias em tornos dos engenhos (PÉREZ; GONÇALVES, 2012).

Esta região historicamente movimentada pelo turismo por possuir muitas praias (Gaibu, Suape, Calhetas) vem sofrendo drásticas modificações, sobretudo na diminuição de turistas mediante o aumento populacional predominantemente masculino no auge das obras (2009-2011) de construção dos Estaleiros Atlântico Sul, Promar e da Refinaria Abreu e Lima.

² Cabo de Santo Agostinho passou de 129.512 habitantes em 1991 para 185.025 em 2010. Ipojuca praticamente dobrou, de 45.424 habitantes em 1991 para 80.637 em 2010. Fonte: IBGE.

Estudos recentes apontam que o planejamento urbanístico das cidades na área de abrangência de Suape, no entanto, não foi favorecido com infraestrutura para atender à necessidade criada pelo rápido desenvolvimento. Conforme um número crescente de estudos, saúde, educação, trabalho, e condições dignas de vida não foram atendidos, pelo contrário, a nova industrialização em Suape deixou a população ainda mais vulnerabilizada (GURGEL et al., 2009; OLIVEIRA, 2010; SANTOS, 2011, 2013; SILVA et al., 2013; DOMINGUES et al., 2014; MARQUES, 2014; ALVES, 2016; PÉREZ, 2016).

Dentre os acontecimentos da região industrial de Suape, pode-se destacar o crescimento vertiginoso da especulação imobiliária, dos processos migratórios e do fluxo de veículos. A privatização das estradas; o deslocamento de comunidades tradicionais e o aumento das favelas são alguns dos muitos aspectos que estão afetando negativamente o perfil sócio sanitário das populações. (DOMINGUES et al., 2014; MARQUES, 2014).

Pérez (2016) relata que dentre os três momentos de intensificação dos despejos nas comunidades do entorno do CIPS (na década de 1970, com a construção do porto de Suape, na década de 1990 com a reformulação portuária e nos primeiros anos do século 21 com a ampliação do polo industrial) este último foi o que mais expropriou as famílias para construção de indústrias.

Observa-se que as modificações em seu território de abrangência estão transformando perfil de morbimortalidade das populações que nele vivem e trabalham, especialmente devido ao movimento migratório. Para um monitoramento da sustentabilidade socioambiental desse processo de desenvolvimento é requerida a construção de indicadores a partir dos contextos de locais de risco, perigos e adoecimento por ele gerados, fazendo-se necessário o estabelecimento de processos de investigação que apontem para novos caminhos para a saúde coletiva numa perspectiva participativa e emancipatória, como a enaltecida pela epidemiologia crítica, construindo saberes a partir dos sujeitos históricos.

A instalação de indústrias de alto poder poluidor (refinaria, petroquímica, estaleiros) modifica toda uma lógica de organização do território e contribui para a transição epidemiológica, além de introduzir novos fatores de riscos e perigos para a saúde da população. Vale ressaltar que a indústria do petróleo é um dos empreendimentos com maior potencial poluidor, seja na atmosfera, nas águas e ou no solo – o que contribui para uma contaminação não apenas localizada, mas em escala global, gerando impactos negativos no ambiente e na saúde das populações, e participando ativamente, também, das mudanças climáticas e do aquecimento global (MARIANO, 2001).

A percepção das mulheres sobre os processos de vulneração em Suape

Apresenta-se a seguir os olhares e as vozes das mulheres moradoras de Suape, que em meio a esse cenário de violações de direitos em torno da construção e operação do CIPS, revelam a forma como são impostos os critérios para construção de grandes projetos de desenvolvimento, pelos quais perpassam as determinantes de classe, gênero e raça.

É recorrente, na região, a expropriação de terras e de recursos. Agricultoras familiares, pescadoras e marisqueiras estão sendo expulsas de seus territórios, seja por remoções diretas (nas quais as pessoas são tiradas de suas casas por processos de negociação ou não) ou indiretas (nas quais se engendram condições inviáveis para a permanência no local fazendo com que as famílias pressionadas não tenham outra escolha se não se mudar). Além disso, a oferta de trabalho nos anos iniciais das obras (2007 a 2013, resultou em um aumento populacional desordenado, que agora tem sofrido com as demissões e desemprego em ascensão.

Nesse sentido, as mulheres que fazem parte desse estudo não estão sendo prejudicadas apenas materialmente, tendo sua renda reduzida por conta da diminuição de sua produção (redução do pescado e do marisco, por exemplo), mas também vêm sofrendo impactos negativos profundos, seja no sentido de sua existência e relação com o mundo, seja no sentido de sua saúde e de sua autonomia.

Conflitos e injustiças socioambientais

A análise da percepção das mulheres moradoras das nove comunidades visitadas sobre os conflitos e injustiças socioambientais decorrentes da nova industrialização do CIPS permite visualizar quatro ideias centrais (Tabela 1) que revelam questões relacionadas aos impactos deste processo: *violência da política e segurança de Suape*, *expulsão do território*, *ameaça de expulsão* e uma quarta ideia, que se opõe às três primeiras: *desconhecimento de conflitos ambientais*, que contou com o discurso de apenas duas mulheres. A ideia central relacionada com a expulsão do território de vida foi a que teve o maior número de mulheres depoentes (12).

a) Violência da polícia e segurança de Suape

A concepção de violência no CIPS vai além de crimes patrimoniais, violência contra a mulher, roubos e furtos, envolvendo densas questões políticas, dentre elas, a ação de milícia realizada pelos seguranças de Suape.

Tabela 1: Distribuição nominal e proporcional das ideias centrais segundo o discurso das mulheres entrevistadas em relação aos conflitos no CIPS, 2015

Categoria	Ideia Central	Número (n)	Proporção %
A	Violência da polícia e segurança de Suape	7	25.93
B	Expulsão do território	12	44.44
C	Ameaça de expulsão	6	22.22
D	Não tem conhecimento de conflitos	2	7.41
Total		26	100

Fonte: autores

Em diversos relatos, observamos que a área de Suape parece ter sido privatizada em face dos interesses econômicos e financeiros, negando aos cidadãos tradicionais da região os direitos mais básicos, como sua moradia já constituída, a construção de benfeitorias ou ainda o plantio de alimentos.

DSC: “Conflito com Suape é constante né? Existe sim problema de brigar por terra, por exemplo, teve em Arandepe, mas o pessoal já saiu de lá. Fora Serraria, só na propriedade lá de baixo, uma senhora de idade saiu de sua casa. E eu fiquei muito triste por causa disso, porque, não é caso de Suape fazer isso com o pessoal né? Na época vieram para indenizar, mas a gente num quis sair não, porque naquele tempo num tinha esse barulho, num tinha esse fedor (das fábricas). Tinha conflitos e ameaças, verbalmente. O pessoal de Suape dizia que ia pegar a ordem do juiz, colocando medo na gente. Houve muito conflito, na expulsão das casas, eles alegam que a terra pertence à Suape. Ninguém pode fazer uma casa ou reforma, mesmo se a casa estiver caindo. Se construir até um lugar para as galinhas, eles vem pra cima. Ninguém pode fazer nada que os seguranças de Suape vêm em cima, até na igreja veio. Se a senhora quiser construir alguma coisa aqui não pode, até polícia vem prender a gente. Eu vi os seguranças de Suape batendo nas pessoas. Outra coisa que eu achei muito injusto foi família ter sido tirada daqui pelo batalhão de choque. Não queriam sair e estavam reivindicando o direito deles, mas foram tirados feito um bonequinho de dentro de casa e colocarem para fora à força, para mim isso foi uma violência muito grande. Aqueles guardas vêm derrubando casa e mais casa, o meu menino mesmo já foi atacado com violência. Chegaram na casa dele para derrubar. Ele passou dez anos para construir, comprou o terreno, e não teve condições de construir, quando ele ia começar, aqueles guardas de Suape ameaçaram meu filho e ele foi preso, a polícia vem, eles ficavam perto tirando foto. Tem a casa do meu sobrinho que Suape derrubou, até hoje está na justiça, com um tal de doutor Daniel lá de Ipojuca. As pessoas que trabalham em Suape acham que podem fazer o que quiserem isso para mim é abusar da autoridade. De vez em quando assim desce aqueles guardas, aqueles vigias da Suape de moto, vai até ali, faz a volta e sobe. Eles metem a cara e entram sem pedir. Quando foi na segunda feira o Romero veio com a turma e derrubou a casa toda pronta só faltava a janela, toda pronta derrubou por cima de carro de mão e tudo, e quem tem sua plantação querem destruir” (Mulher01, Mulher05, Mulher06, Mulher10, Mulher20, Mulher22, Mulher24).

As falas das mulheres, embora sejam de comunidades distintas, tratam de um ponto em comum, o enfrentamento de ameaças e privações nas suas comunidades. É preciso esclarecer que, segundo as moradoras, os conflitos que possibilitam ações violentas e sensação de

insegurança das mulheres acima entrevistadas ocorrem com certa regularidade e contam com a participação do Estado através da Polícia Militar.

Corroborando com essa discussão, as mulheres entrevistadas são unânimes em apontar que as transformações econômicas ocorridas na região conduziram a mudanças bruscas no modo de vida de toda a comunidade, em especial as mulheres, diretamente atingidas pela vigilância privada que atua nas comunidades da região, bem como pelos conflitos patrimoniais em curso na região cujo planejamento econômico e territorial não foi pensado e dialogado.

b) Expulsão do território

Todas as comunidades visitadas neste estudo apresentam relatos do sofrimento próprio ou de familiares e amigos por causa do processo de desterritorialização e reterritorialização, que vem se dando de forma desigualmente injusta, sob pressão e ameaças e força bruta de diversas ordens e sem seus direitos garantidos. Uma multiterritorialização imposta por meio da destruição de bens e benfeitorias. As famílias recebem baixos valores indenizatórios pelas suas propriedades e muitas delas não conseguem garantir moradias dignas em outros locais, também devido ao processo de especulação imobiliária ocasionada pela nova configuração industrial.

A Ilha de Tatuoca é emblemática na expulsão territorial. Todas as famílias que viveram por mais de 200 anos na Ilha de Tatuoca, foram realocadas numa vila com pequenas casas construídas (sem terreno propício para cultivo de alimentos) no interior da praia de Suape, nomeada Vila Nova Tatuoca. Apesar de terem recebido casas, além das indenizações, não receberam as escrituras e estão vivendo com as consequências das mudanças socioculturais e econômicas dos seus modos de vida, além de conviverem permanentemente com a presença dos seguranças e assistentes sociais contratados por Suape.

DSC: *“Tem muito conflito porque a maioria do povo não queria sair lá da Ilha de Tatuoca. Ficaram sem água por causa da dragagem no mar que afetou as cacimbas da ilha, deixando a água salgada. Teve alguns moradores que não aceitavam sair, teve discussão, conflito, ninguém concordava, mas depois terminaram concordando porque tinha que sair mesmo, quando a maioria aceitou o resto tudinho aceitou. A Ilha de Tatuoca é uma das poucas que ganhou casa, porque Suape não indenizou só Tatuoca, indenizou outros engenhos e nem todos ganharam, tem o Engenho Mercês que parece que tá lutando pra ganhar casa, mais a metade já saiu e nada até agora. Já saiu né? Esse povo que tem essas empresas que já construiu daí pra frente, aquele povo dali tudinho saíram, teve que sair por causa dessas indústrias que chegaram. Olhe, no Engenho Arandepe mesmo, muitas pessoas foram obrigadas a sair de lá porque ficaram com medo das ameaças e aceitaram o valor que Suape ofereceu, um valor muito baixo. Dentro da área onde eu moro, no mínimo umas duzentas pessoas foram indenizadas mas não deu pra comprar uma casa, estão sofrendo, aí colocaram na justiça e ainda tá rolando. Tem uns sítios aí na justiça viu, tiveram que sair, a Suape deu uma merreca e tá na justiça até hoje e não resolveram nada, eu conheço a família. Porque a gente não pode fazer nada, a gente não pode limpar um mato, para plantar*

macaxeira, batata...plantar nada, não pode nem reformar a nossa casa, ajeitar nosso telhado, aí é quando Suape vem e exige derrubar. A qualquer momento podem vir aqui derrubar a minha casa. Muitas pessoas lá de Tiriri de Dentro mesmo passaram por isso. Não queriam sair, mas foram retiradas de lá e receberam indenização0". (Mulher03, Mulher04, Mulher07, Mulher08, Mulher09, Mulher11, Mulher14, Mulher15, Mulher17, Mulher19, Mulher25, Mulher29).

Expulsas de seus territórios grande parte dessas famílias passaram a habitar a periferia da cidade do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, intensificando a proliferação de bolsões de pobreza.

c) Ameaça de expulsão

A angústia percebida nos depoimentos em relação à ameaça de expulsão marca as comunidades que ainda não foram desterritorializadas, nas quais seus moradores históricos são colocados na condição de invasores. Devido à especulação imobiliária sobre as áreas no entorno de Suape, há uma intensa ofensiva sobre o território dos moradores das comunidades locais. Dessa forma, registra-se um processo de negociação individualizada com cada família, através de uma estratégia de convencimento para a sua saída pelo menor preço, pago de forma desigual, desvalorizando as propriedades. Em paralelo a esta negociação, percebe-se que o território vai sendo modificado no entorno da comunidade, deixando seu dia a dia mais difícil: mudam as vias de acesso, iniciam cobrança de pedágio, o direito de ir e vir é violado, aumento do fluxo de máquinas e caminhões, seguranças de Suape que impedem a construção de benfeitorias e reformas, descontinuidade dos poucos serviços básicos oferecidos, ou seja, tornam os moradores vítimas das alterações promovidas por empreendimentos que sacrificam seus meios de vida, tornando insuportável a habitação no local. De forma, enganosa e sem direito a uma defesa digna, estas famílias se veem obrigadas a assinar acordos injustos para venda de suas propriedades.

DSC: *"Estamos esperando a fala deles pra ver, o que vão dizer né? Porque por gosto e vontade ninguém que sair daqui. Eles só fazem os cadastros aqui, o que foi feito além de quando a gente chegou, tipo assim reforma, se a gente aumentou, essas coisinhas assim, mas agressão não. Aqui eles tão produzindo uma nova saída pra gente, estamos ficando sem saída, vão fechar as outras e só temos a saída das praias porque quando chove ninguém passa, a água é na cintura, e a outra saída estão querendo ajeitar mas vai ficar do mesmo jeito, então tá difícil, a comunidade já brigou eles já abriram lá, mas o pessoal se juntou e já tapou porque o acesso melhor que tem é esse e eles não querem deixar, vão colocar um pedágio a comunidade vai ter que pagar e ela não aceita que a comunidade pague, é difícil. Quando a gente foi assinar o acordo, o próprio presidente (da associação) disse assim pra mim: "ou você assina ou você vai morar na rua, porque eu mesmo não vou botar a mão por cima de você", Eu acho que ele estava vendido para Suape, porque pra ele aceitar, viu que o povo num merecia, morar 39 anos numa comunidade, chamar pra gente fechar o acordo e sair com dez mil reais, dez mil reais hoje dá o que? Nem um terreno ninguém compra em canto nenhum com dez mil reais. Disseram que ia levar a gente pra Suape,*

disseram que vai ter a juíza pra assinar, tudo mentira quem estava lá era o povo de Suape, a gente assinou com eles achando que era a juíza. O menor não pode combater com o maior não, que eles tem dinheiro, eles tem poder. Casa não podemos fazer, melhora também não, pois se teimar vem o povo de Suape e manda parar, já passaram por aí mediram a ruas, casas e disseram que nós todos vamos sair daqui, não foram violentos, mas disseram que a gente ia sair. É aquele Romero o poderoso de Suape é ele. Eu não quero sair daqui não, aqui é bom, aqui não tem nada, é tão tranquilo, não tem 'barulho', não tem nada". Queriam ter um pagamento justo, que dê pra comprar outra casa, não ser igual a outras pessoas que foram removidas e não conseguiram comprar outra casa e terminaram invadindo de novo, porque não tinham para onde ir". (Mulher16, Mulher18, Mulher25, Mulher26, Mulher27, Mulher28).

d) Não tem conhecimento de conflitos

Apesar do discurso majoritário das mulheres entrevistadas descrever sobre os processos de vulneração socioambiental, duas delas apresentaram um discurso antagônico, pois não reconheceram a existência de conflitos:

DSC: *"No meu conhecimento não. Eu nunca ouvi dizer que teve conflito não, eu sei que as pessoas recebem a indenização e saem"* (Mulher02, Mulher13).

Ao não reconhecê-los ou explicitá-los, a abordagem sobre conflitos socioambientais tendem a acentuar o caráter de passividade das populações frente relações de poder, envolvendo interesses políticos e econômicos que expressam disputas entre diferentes sentidos e valores relacionados, por exemplo, uso e distribuição dos recursos naturais; aos investimentos econômicos e formas de distribuição entre os benefícios e os danos destes investimentos (PORTO, 2011).

Segundo Silveira (2010) além dos fatores relacionados à cultura política de subserviência, e perpétua dependência ao poder político característica do modelo neoliberal, aspectos relacionados à disparidade educacional dos atores envolvidos também são fatores que inviabilizam o reconhecimento dos conflitos socioambientais.

O que se observou no estudo das relações entre as comunidades do CIPS e Suape são processos crônicos de dominação, onde os excluídos pelo sistema se submetem à situação de opressão mantida pelo sistema neoliberal, que usa de artifícios para que as comunidades se considerem sujeitos sem direitos (SILVEIRA, 2010).

Vulneração no ambiente e na saúde

Foram encontrados cinco Ideias Centrais sobre a percepção dos problemas relacionados à saúde e ambiente decorrentes da ampliação do CIPS e a chegada de novas indústrias (Tabela 2). A maioria das mulheres relata que as indústrias trouxeram problemas no ambiente e na saúde de suas comunidades, onde 10 das 27 discursaram sobre esta questão,

seguida no ranking pela falta de serviços assistenciais de saúde, problema relatado de forma significativa, assim como na Ideia Central *A desterritorialização causou adoecimento e problemas de saúde na família, Mudança no processo produtivo/falta de emprego*, ambas formadas pelas falas de cinco mulheres cada, e apenas uma fala que expressou não ter verificado problemas na saúde da comunidade.

Tabela 2: Distribuição nominal e proporcional das Ideias Centrais segundo o discurso das mulheres entrevistadas em relação aos problemas de saúde no CIPS, 2015

Categoria	Ideia Central	Número (n)	Proporção %
A	A desterritorialização causou adoecimento e problemas para a família	5	18.52 %
B	Falta de serviços assistenciais de saúde	6	22.22 %
C	As indústrias trouxeram problemas no ambiente e na saúde da comunidade	10	37.04 %
D	Mudança no processo produtivo/falta de emprego	5	18.52 %
E	Não verificou problemas na saúde da comunidade	1	3.70 %
Total		27	100

Fonte: elaborada pelos próprios autores.

a) A desterritorialização causou adoecimento e problemas para a família

No discurso do sujeito coletivo, relativo aos efeitos percebidos na saúde das mulheres e suas famílias, percebe-se uma relação direta - entre as chegadas de novas indústrias e processos de adoecimento. O processo de desterritorialização também tem gerado sofrimento social e mental, por um lado, devido à perda dos laços simbólicos e afetivos com o lugar onde se vivia, como devido às mudanças na produção do trabalho e modos de vida, que deixa de ser relacionado ao cultivo da terra, à pesca ou coleta de frutos e passa a integrar a cadeia do polo industrial, mas de forma precária.

As moradoras relatam outras formas de adoecimento. Algumas delas não descrevem problemas na saúde decorrentes do novo contexto econômico, porém, a maioria percebe os impactos negativos na saúde de suas famílias. Nas falas, percebe-se a ausência de boas condições de vida, de moradia e a ausência de direitos básicos. Outra questão importante é a mudança de território que altera a forma de viver, e facilita o aparecimento de agravos e doenças:

DSC: “Com certeza lá (na ilha de Tatuoca) a gente vivia melhor sem estar doente, aqui aumentou a quantidade de doença, é sempre com dor de cabeça, estressado, cansaço, gripes... as crianças só vivem doentes, afetou a saúde de muita gente...o senhor L.A. é um exemplo. Porque o local é diferente de lá, é muito quente. Por causa da quente, ninguém dorme de noite, fico muito triste, choro, já fui até socorrida, lá era melhor sem dúvida” (Mulher12, Mulher14, Mulher20, Mulher22, Mulher23).

b) Falta de serviços assistenciais de saúde

A falta de serviços públicos de saúde teve relevância nas falas das mulheres, demonstrando a grande falta de proteção social, em um contexto que gera mais vulnerabilização em comunidades já em situação vulnerável. Neste DSC percebe-se como grande problema a falta de serviços assistenciais de saúde de uma forma geral, sobretudo na atenção primária em saúde, que deveria organizar a rede de saúde a partir da perspectiva territorial. Observou-se também problemas relacionados à acessibilidade, fragmentação, descentralização e regionalização da rede de assistência, com inadequação no processo de acolhimento, agendamento e marcação e da atenção a grupos específicos, como mulheres e crianças.

DSC: “Sobre serviço público de saúde pra criança, pra mulher, não tem, não tem nenhum posto de saúde. aqui são três engenhos que precisava de um posto de saúde, aqui a gente precisa de médico, tem que ser um posto móvel que venha nos consultar, que tenha mais facilidade, porque a gente não tem condições, eu não tenho condições se a gente vai na prefeitura pedir um carro eles só querem levar até a emergência, fica difícil até marcar uma consulta, agora é difícil, a gente sofre, porque tem que sair daqui de madrugada, pra enfrentar fila para marcar e esperar um a dois meses para chegar a data daquela consulta, isso porque Ipojuca tá bom demais. Precisamos de um posto de saúde, ou se não, transporte 24 horas, mais até agora, nada. Dependo de transporte pra levar as crianças pequenas proposto, para tomar vacina, que são três criança pequenas, eu sou carente. No início a prefeitura ainda mandava uma médica ou uma agente de saúde aqui, mas faz tanto tempo que ela não vem, se for para passar mal aqui, a pessoa morre e não chega transporte, tem que chamar algum vizinho que tenha carro ou moto para socorrer. Quando fica doente aqui não tem socorro, o socorro é sair daqui pra ali, e pegar o ônibus e aguentar chegar no hospital né? E se num aguentar... Eu acho que já que Suape tirou a gente de lá eles poderiam correr atrás e junto com a prefeitura pra ver se fazia um posto de saúde aqui” (Mulher07, Mulher08, Mulher10, Mulher16, Mulher21, Mulher28).

c) As indústrias trouxeram problemas no ambiente e na saúde da comunidade

Em relação ao ambiente, o que se sobressai, em todas as entrevistas, são as drásticas mudanças territoriais, decorrentes das obras de construção das diversas indústrias e, também, de infraestrutura como a construção de estradas, pontes, dragagens realizadas no canal do porto, que impactaram negativamente nos ecossistemas, devido ao aumento da poluição, mortandade de peixes e mariscos, destruição dos lençóis freáticos que forneciam água e que segundo elas, vem interferindo na determinação do processo saúde-doença das comunidades. Para além das obras, o funcionamento das fábricas lança poluentes no ar, água e solo, ruídos que trazem transtornos e adoecimento na vida das comunidades.

DSC: “Quando saí de lá só tinha o estaleiro se formando, então na época que saí, não tinha muito impacto não, agora depois aparou o rio, diminuiu o peixe, escutei as pessoas dizer da falta de água, sempre me falavam dos

problemas. Antes dessas fábricas chegarem aqui não era esse clima tão quente, principalmente o clima, era mais frio e mais fresco, agora tem muita poeira, barulho, fumaça, mais doenças, gripe, alergia, enxaqueca, principalmente nas crianças. Com a chegada das fábricas tem fumaça, mau cheiro, tráfego de caminhões, barulhos horríveis que ficam batendo a noite toda. [...] tem noite aqui que você não aguenta o fedor, aquela catinga azeda que vem das fábricas num sei de qual é, tem dia que eu fico sufocada com aquele cheiro forte como se fosse de gás de cozinha [...] Ninguém vê, mas de noite a gente acorda sufocada com aquela fumaça, sinto falta de ar, que a gente não podia respirar direito que respirava aquele mal cheiro a noite todinha, na madrugada é que eles jogavam mesmo. As indústrias afetam e muito a saúde de todos, por causa desse negócio agora a minha irmã está cheia de coceira. também tá todo mundo assim por aqui, muita gente aqui foi internada com muita dor de cabeça, enxaqueca [...] e teve muita gente que começou a beber muito e adoeceu de tanto beber, porque não tem o que fazer, os adolescentes começaram a pegar no que é dos outros para comprar drogas” (Mulher01, Mulher02, Mulher04, Mulher05, Mulher06, Mulher08, Mulher13, Mulher19, Mulher29, Mulher23).

d) Mudança no processo produtivo/falta de emprego

O discurso do sujeito coletivo em relação às modificações no processo produtivo local reconhece a importância da oferta de emprego trazida pelos novos empreendimentos, mas, por outro lado, critica que esta oferta foi para poucos e de forma temporária. Intervenções de alto impacto ambiental como as dragagens realizadas no canal do porto de Suape, resultam em poluição, alteração da profundidade, salinidade e curso dos rios, modificando a dinâmica natural dos mangues e ecossistemas locais, trazendo consequências na economia local, vida social, saúde. Nos últimos anos, este processo de destruição se intensificou resultando em mais problemas na realidade vivida pelas comunidades de agricultores e pescadores artesanais, em particular as mulheres marisqueiras, que enfrentam a contaminação dos mariscos e peixes e drástica redução destes crustáceos e de frutas da região, como se pode observar nas entrevistas:

DSC: “As fábricas que estão na redondeza estragaram o lar da gente, porque antigamente a gente tinha uma fruta pra vender num tem mais, era azeitona, era cajá, era manga, isso nós não temos mais. Lá tinha como sobreviver, tinha a pesca, plantação, criação de bicho e aqui não tem nada. meu pai mesmo lá pescava aqui só vive na cachaça. As pessoas da comunidade continuam, às escondidas de Suape, tentando realizar a atividade do Marisco e a coleta de frutos na Ilha de Tatuoca. [...] os nativos moravam nos sítio aqui, tiravam o sustento da maré e agora, e agora num tem mais, porque o mangue foi afetado e acabou várias partes da maré, não tem mais como o povo sobreviver. O desemprego afeta a saúde da família, você vive não, empurra, a pessoa desempregado não tem como. Suape devia dar prioridade aos moradores daqui pra trabalhar” (Mulher01, Mulher02, Mulher03, Mulher04, Mulher21).

e) Não verificou problemas na saúde da comunidade

Como discurso antagônico à maioria das entrevistadas, mas que deve ser considerado como percepção sobre seu modo de vida, apenas uma das mulheres entrevistadas, relatou não ter tido problemas refletidos na sua saúde e nem de seus familiares e/ou vizinhos:

DSC: *“Até aqui num tem vindo nada de mal pra gente, aqui não”* (Mulher16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconfiguração industrial do CIPS que divulgava gerar desenvolvimento econômico e fazer o estado de Pernambuco progredir tem produzido processos de vulneração socioambiental e novas formas de estratificação social que também se expressam através de conflitos e injustiças ambientais.

Ficou evidente as diferenças da qualidade de vida entre classes sociais, gêneros e etnias são produzidas e reforçadas por este modelo, que resulta em mais iniquidades que se expressam de diferentes formas no território e afetando o ambiente e a saúde dos moradores e trabalhadores, corroborando com estudos de Rigotto e Augusto (2007), Tambellini (2009) e Porto (2011).

No caso de Suape, a expectativa com as novas indústrias (estaleiro, refinaria, petroquímica), era grande geração de emprego, tanto para a população local, como para as cidades circunvizinhas, mas ao findar das obras, têm-se uma grande massa de desempregados e um surgimento não só da violência no processo de expulsão dos moradores nas terras “invadidas”, mas um crescimento da violência urbana, com roubos, assaltos, tráfico de drogas dentre outras mazelas. Os conflitos e injustiças decorrentes da ameaça e a expulsão dos moradores de Suape é atualmente, a maior herança deixada por este processo de ‘desenvolvimento’, inclusive em terras distribuídas legalmente através de processos de reforma agrária como pudemos constatar nas visitas às comunidades. As formas de trabalho tradicionais realizadas há anos, vem sendo descaracterizadas, tanto devido à modificação dos ecossistemas, como pelas questões econômicas e culturais de um modelo pautado no consumo e na exploração do trabalho.

As fragilidades históricas destas comunidades, como a falta de saneamento, educação, cultura, lazer, trabalho e saúde, são ainda mais acentuadas através dos processos de vulneração, que tiram direitos e ampliam as nocividades de toda ordem. Em ambos os casos, antes ou depois da ampliação do Complexo Industrial Portuário de Suape, pudemos observar diversas comunidades sem a proteção devida do Estado, sobretudo ter garantido o direito à uma saúde integral, universal, equânime, como a preconizada pelo Sistema Único de Saúde. Percebe-se

pouca atuação de instituições governamentais em defesa da saúde e dos direitos das comunidades afetadas e um grande despreparo e descuido da gestão municipal de saúde dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, seja na assistência em saúde, especialmente na fragilidade da atenção primária em saúde e sua baixa cobertura territorial, como na média e alta complexidade, na vigilância e promoção da saúde, na educação permanente e saúde do trabalhador, que deveriam estar preparando toda a rede de profissionais de saúde, para estas mudanças no perfil produtivo e populacional.

Notou-se também pouca discussão com a sociedade sobre os problemas atuais e futuros para a saúde e para o ambiente na região de abrangência dos empreendimentos, através de processos participativos vigentes na gestão pública, inclusive nos meios de comunicação, que deveriam exercer seu papel social. O custo social e ambiental dos empreendimentos precisam ser conhecidos e internalizados por toda a sociedade para que esta possa construir possibilidades de participação nas ações de promoção da saúde e no controle das situações nocivas de forma planejada.

Os atores sociais envolvidos e/ou atingidos pelos processos produtivos industriais apresentam claramente as situações de desigualdades e nocividades socioambientais. Essas preocupações precisam, no entanto, produzir sentidos coletivos de resistência e de possibilidades de construção de políticas mais protetoras da saúde, tal como já vem atuando o Fórum de Suape. A produção de conhecimento acadêmico a partir de uma perspectiva da ciência com consciência social, suportada por métodos científicos que possibilitam a religação de saberes e viabilizam a práxis do empoderamento social foi aqui ensaiado e possibilitou evidências que precisam ser tomadas em conta para que esse polo industrial não repita as tragédias históricas como as que ocorreram em outros lugares, como Cubatão-SP, Camaçari-BA, Volta Redonda- RJ, Vale do Aço – MG, entre outros.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho recebeu o apoio do Projeto de pesquisa *Vulnerabilidade socioambiental relacionada à exposição química nos territórios de desenvolvimento das cadeias produtivas de petróleo e das consumidoras de agrotóxicos* financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

A principal autora do trabalho foi premiada com uma bolsa da Ekosanté - uma colaboração que surge das comunidades de práticas sobre as abordagens ecossistêmicas em saúde humana na América Latina e Caribe (CoPEH-LAC) e no Canadá (CoPEH-Canada),

financiada pelo Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento do Canadá (IDRC) número de concessão 107036-005.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010>. Acesso em: 27/4/2015.

ALVES, S. G. Injustiças Socioambientais e Interferências na Saúde de Populações Localizadas na Área do Complexo Industrial Portuário de Suape, 2016. Universidade Federal de Pernambuco.

AUGUSTO, L. G. D. S. (ORG. . Saúde do Trabalhador e a Sustentabilidade do Desenvolvimento Humano Local. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.

AUGUSTO, L. G. DA S.; CARNEIRO, R. M.; MARTINS, P. H. (ORGS. . Abordagem Ecológica em Saúde – Ensaio para o controle da dengue. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

BRASIL. 7º Balanço Programa Aceleração do Crescimento -Eixo Energia. , 2013. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/7/05-PAC7_energia.pdf>. Acesso em: 30/8/2013.

BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). *Revista Fac. Nac. Salud Pública*, v. 31, n. supl 1, p. 13–27, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-386X2013000400002>. Acesso em: 27/4/2015.

CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e Meio Ambiente: O Conflito do Complexo Industrial-Portuário de Suape, Pernambuco. Brasília-DF, 2008.

CHARRON, D. Ecohealth research in practice. Innovative applications of an ecosystem approach to health. 2012.

DOMINGUES, R. C.; SANTOS, M. O. S. DOS O. S. DOS; GURGUEL, I. G. D.; GURGEL, I. G. D. A vulneração socioambiental advinda do complexo industrial portuário de Suape: a perspectiva dos moradores da Ilha de Tatuoca – Ipojuca/PE. *Revista Tempus Acta de Saude Coletiva*, v. 8, n. 2, p. 69–91, 2014. Disponível em: <http://api.ning.com/files/YLaeso7tISAFdhKP3fVyIUOkS5oeXA-1AnD0K4vI7XMehGOVhMiAnLetFISF*O63OrbCJrYxNm1C8JRv5kEo2fkc-4BDuzzb/ArtigoPublicado.pdf>. .

GURGEL, A. DO M.; MEDEIROS, A. C. L. V.; ALVES, P. C.; et al. Framework dos cenários de risco no contexto da implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 6, p. 2027–2038, 2009. ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 6/3/2015.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, , n. I, p. 19–46, 2007.

LEBEL, J. *Salud un enfoque ecosistémico*. Bogotá, Colombia: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo; Alfaomega Colombiana, 2005.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 10, n. 20, p. 517–524, 2006. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832006000200017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 22/7/2016.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E INTERVENÇÕES COMUNICATIVAS. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 502–7, 2014.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. MA. C. *Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo - a metodologia do discurso de sujeito coletivo*. Brasília - DF: Líber Livro Editora, 2010.

MACHADO, M. R. I. DE M. *O Complexo Portuário de Suape e as novas dinâmicas sócio- territoriais nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca: o início do desmonte do território canavieiro na Zona da Mata pernambucana?* Vitória/ES, 2014.

MARIANO, J. B. *Impactos Ambientais do Refino de petróleo*, 2001. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARQUES, K. K. D. *Moradores invisíveis: o sofrimento social dos moradores da Ilha de Tatuoca - Ipojuca – PE – em seu processo de desterritorialização*, 2014. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/Fiocruz. Disponível em: <<http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2014marques-kkd.pdf>>. .

OLIVEIRA, A. L. DE. *Endemias no território estratégico de Suape: um desafio para a vigilância em saúde*, 2010. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Enfoques ecossistêmicos em saúde: perspectivas para sua adoção no Brasil e países da América Latina*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS / Ministério da Saúde, 2009.

PÉREZ, M. S. *R-existências dos camponeses/as do que hoje é SUAPE: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida*, 2016. Universidade Federal de Pernambuco.

PÉREZ, M. S.; GONÇALVES, C. U. DESENVOLVIMENTO E CONFLITO TERRITORIAL - PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE AS COMUNIDADES ATINGIDAS PELO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE-PE, BRASIL. *Revista de Geografia (Recife)*, v. 29, n. 2, p. 167–179, 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/691>>. Acesso em: 17/4/2015.

PERNAMBUCO. DECRETO Nº 37.160, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011. , 2011. Disponível em: <<http://www.inteligenciaambiental.com.br/sila/pdf/mdecexepe37160-11.pdf>>. Acesso em: 17/5/2014.

PORTO, M. F. DE S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 93, n. 93, p. 31–58, 2011. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/133>>. .

PORTO, M. F.; FINAMORE, R. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1493–1501, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a13.pdf>>. Acesso em: 17/5/2014.

PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 6, p. 1983–1994, 2009. ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 5/3/2015.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. Injustiça Ambiental e saúde no Brasil – O Mapa de conflitos. 1 ed ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora Fiocruz, 2013.

RIGOTTO, R. M. “ Caiu na rede , é peixe !”: a industrialização tardia e suas implicações sobre o trabalho , o ambiente e a saúde no Estado do Ceará , Brasil. *Cad. CRH*, v. 23, n. Sup.4, p. 599–611, 2007.

RIGOTTO, R. M. Desenvolvimento, Ambiente e Saúde: implicações da (des)localização industrial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. DA S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, p. S475–S485, 2007a. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001600002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16/4/2015.

RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. DA S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento , território e iniquidade social. *Cad. Saude Pública*, v. sup. 4, n. 23, p. 475–485, 2007b. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001600002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16/4/2015.

SANTOS, I. C. Os impactos do Crescimento Econômico na região de Suape na vida das mulheres do Cabo de Santo Agostinho, 2013. Universidade Católica de Pernambuco. Disponível em: <[file:///C:/Users/Mariana/Downloads/Os Impactos do Crescimento Econômico de Suape.pdf](file:///C:/Users/Mariana/Downloads/Os%20Impactos%20do%20Crescimento%20Econ%C3%B4mico%20de%20Suape.pdf)>. Acesso em: 21/3/2014.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 7.ed ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo EDUSP, 2007.

SANTOS, M. O. S. DOS. Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto de instalação da refinaria de petróleo em Suape-PE, 2011. Mestrado em Saúde Pública-Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2011santos-mos.pdf>>. .

SCHRAMM, F. R. Vulnerabilidade, vulneração, saúde pública e bioética da proteção: análise conceitual e aplicação. In: Rubio (Ed.); Ética e pesquisa com populações vulneráveis. 1ª ed., p.37–57, 2012. Rio de Janeiro.

SCHÜTZ, G. E.; TAMBELLINI, A. T.; ASMUS, C. I. R. F.; MEYER, A.; CÂMARA, V. DE M. A agenda da sustentabilidade global e sua pauta oficial: uma análise crítica na perspectiva da Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1407–1418, 2012. ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 24/4/2015.

SILVA, J. M. DA; SANTOS, M. O. S. DOS; AUGUSTO, L. G. DA S.; GURGEL, I. G. D. Desenvolvimento sustentável e saúde do trabalhador nos estudos de impacto ambiental de refinarias no Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 22, n. 3, p. 687–700, 2013. *Saúde e Sociedade*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 6/3/2015.

SILVEIRA, K. A. Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco, 2010. Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/handle/123456789/3321>>. Acesso em: 5/3/2015.

TAMBELLINI, A. T. Sustentabilidade e sustentabilidade: um debate sobre a concepção de uma sociedade sustentável. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 6, p. 1977–1982, 2009. ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16/4/2015.

WEIHS, M.; MERTENS, F. Os desafios da geração do conhecimento em saúde ambiental: uma perspectiva ecossistêmica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 5, p. 1501–1510, 2013. ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000500036&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15/3/2015.